

MP quer cumprimento de metas de saneamento básico

Foi encaminhada uma pauta propositiva com a elaboração de um pacto entre os órgãos governamentais, as organizações não-governamentais, os órgãos de controle Governo do Estado e prefeituras

Postado 04/04/2014 | 17:04

O procurador-geral de Justiça, Ricardo Machado, e as procuradoras de Justiça Sheila Pitombeira e Vanja Fontenele, receberam, na manhã desta sexta-feira (4), a visita de cortesia do presidente-executivo do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, acompanhado do presidente da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), André Facó; do presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), Fábio Timbó; o coordenador de saneamento básico da ARCE, Alceu Galvão, e técnicos em saneamento e infraestrutura da ARCE e da Secretaria de Infraestrutura do Estado.

A reunião foi mais um passo para a efetivação de uma ação conjunta envolvendo o Ministério Público do Estado do Ceará, os órgãos governamentais citados, o Tribunal de Contas dos Municípios e prefeituras cearenses com a finalidade de que sejam cumpridas as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico, traçadas pelo Ministério do Meio Ambiente. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Instituto Trata Brasil, tem como objetivo coordenar uma ampla mobilização nacional para que o país possa atingir a universalização do acesso à coleta e ao tratamento de esgoto.

A partir desta reunião, foi encaminhada uma pauta propositiva com a elaboração de um pacto entre os órgãos governamentais, as organizações não-governamentais, os órgãos de controle Governo do Estado e prefeituras. Serão realizadas audiências públicas a partir de um cronograma a ser apresentado e a iniciativa de um projeto-piloto na Região do Cariri, cujo modelo será aperfeiçoado e replicado nas demais regiões do estado.

Segundo o presidente da Cagece, André Facó, a companhia presta serviços de abastecimento de água e esgoto a 150 municípios, dos quais 70% não geram lucro. Ele afirmou que existem 140 mil imóveis no Ceará não interligados à rede de esgoto, o que aumenta o déficit da empresa. “Para resolver o problema de ativos da Cagece, são necessários R\$ 700 milhões”, calculou. Para tanto, os desafios são conscientizar os gestores para a realização de obras de rede de esgoto em tempos de eleição e fazer com que a população entenda que deve conectar os esgotos de suas residências à rede de saneamento como forma de combater doenças.

As principais metas do planejamento estratégico do Ministério Público para este ano são ações voltadas para cobrança de implantação de saneamento básico como política essencial de saúde pública nos 184 municípios cearenses e o combate expressivo à improbidade administrativa. Diante destas diretrizes, a Região do Cariri foi escolhida para desenvolver o projeto-piloto para as próximas ações.

No dia 11, a procuradora de Justiça, Sheila Pitombeira; a promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Caomace), Socorro Brilhante, e o promotor de Justiça coordenador do Núcleo de Apoio Técnico, Amisterdan

Ximenes, vão se reunir com os promotores de Justiça daquela região para definir atividades de modo a sensibilizar a população e cobrar ações concretas dos prefeitos e secretários dos municípios caririenses.